

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2008/2009

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP002020/2008
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/06/2008
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR006713/2008
NÚMERO DO PROCESSO: 47998.005420/2008-26
DATA DO PROTOCOLO: 30/05/2008

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO E AFINS (SITAC), CNPJ 46.070.678/0001-41, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MELQUIADES DE ARAUJO, CPF n. 133.814.318-20;

E

COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV, CNPJ n. 02.808.708/0011-70, neste ato representado(a) por seu Gerente, Sr(a). CARLOS EDUARDO CAVALCANTI VIEIRA, CPF n. 001.268.587-99;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 14 de abril de 2008 a 13 de abril de 2009 e a data-base da categoria em 01 de abril.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **DO SETOR DE BEBIDAS DAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO**, com abrangência territorial em **Jaguariúna/SP**.

**JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE,
FALTAS
COMPENSAÇÃO DE JORNADA****CLÁUSULA TERCEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA BANCO DE HORAS**

1) As partes estabelecem a jornada flexível de trabalho. De modo a permitir que a empresa ajuste o potencial da mão de obra à demanda do mercado consumidor.

2) A empresa fixará, com antecedência mínima de até 48 (salvo em casos de emergência), os dias da semana em que haverá trabalho, bem como a sua duração e forma de cumprimento diário. Podendo abranger todos ou apenas parte dos empregados do estabelecimento.

Parágrafo unico - As alterações não podem prejudicar o direito dos empregados quanto aos intervalos de alimentação, períodos de descanso entre duas jornadas diárias de trabalho e repouso semanal.

3) Não obstante a adoção da flexibilização da jornada, o cálculo da remuneração dos empregados permanece sobre as 44 horas semanais.

4) O banco de horas, formado pelos créditos e débitos da jornada flexível, será disciplinado da seguinte forma.

Parágrafo Primeiro: Trabalho além das 44 horas semanais - conversão em folgas remuneradas, na proporção de 01 hora de trabalho por 01 hora de descanso, com exceção dos feriados, folgas semanais e o excedente à jornada diária de 10 (dez) horas realizadas, quando a conversão será de 01 hora de trabalho por 02 horas de descanso.

Parágrafo Segundo: Horas pagas e não trabalhadas na semana - compensação na oportunidade que a Empresa determinar, sem direito a qualquer tipo de remuneração, salvo o adicional noturno caso ocorra no referido período.

Parágrafo terceiro: O gozo das folgas deve ser programado diretamente entre o empregado e seu superior hierárquico, sempre priorizando a necessidade do funcionário.

Parágrafo quarto: Sempre que possível, a Empresa evitará a compensação de horas em domingos, feriados ou folgas semanais.

Parágrafo Quinto: A empresa fornecerá demonstrativos mensais aos empregados, informando-lhes o saldo existente no Banco de Horas.

Parágrafo Sexto: Durante a vigência deste instrumento, as horas extraordinárias realizadas, não poderão ultrapassar o limite de 100 (cem) horas acumuladas ou 80 (oitenta) horas a cada trimestre. Os excedentes a estes limites serão devidamente pagos com os adicionais de horas extras previstos no acordo coletivo da data base.

Parágrafo sétimo: As horas extraordinárias realizadas em dias de folgas superiores à 7:20 h (sete horas e vinte minutos) e de 08:00 (oito horas) para os funcionários técnicos do setor em segurança e técnicos do setor administrativo, serão devidamente pagas conforme adicionais de horas extras previstos no acordo coletivo da data base.

5) Ocorrendo demissão do empregado, a empresa deve pagar, junto com as demais verbas rescisórias, o saldo credor de horas, aplicando-se o percentual de trabalho extraordinário vigente no acordo coletivo da data base.

Parágrafo único: O saldo devedor será assumido, em sua totalidade, pela empresa, quando a ruptura do contrato de trabalho se der por iniciativa da empregadora ou do empregado. Caso a ruptura ocorra por motivo de justa causa, ensejarão o desconto das horas físicas em sua totalidade no acerto das verbas rescisórias.

6) O eventual saldo positivo ou negativo de horas, que porventura venha a existir após a vigência deste acordo, será regularizado pela empresa nos 60 (sessenta) dias subsequentes.

7) Para a concessão do benefício vale transporte, a empresa levará em consideração os dias de efetivo trabalho no mês.

8) O presente acordo aplica-se a todos os empregados da empresa e vigorará por um período de um ano com início de 14 de abril de 2008 e término em 13 de abril de 2009.

Parágrafo primeiro: O saldo positivo de horas (a favor do empregado), existente em 13 de abril de 2008, será pago em 30 de maio de 2008.

Parágrafo segundo: O saldo negativo de horas (a favor da empresa) em 13 de abril de 2008 será perdoado em sua totalidade, ou seja, será zerado em 14 de abril de 2008.

MELQUIADES DE ARAUJO
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO E AFINS (SITAC)

CARLOS EDUARDO CAVALCANTI VIEIRA
Gerente
COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .